

CARLOS FRANCHI: INTELECTUAL, PESQUISADOR, FORMADOR DE CIENTISTAS DA LINGUAGEM

*Rodolfo Ilari**

Em agosto de 2001, o professor Carlos Franchi recebeu das mãos do reitor da Unicamp, professor Hermano Tavares, o título de Professor Emérito, em uma cerimônia simples e breve, em seu apartamento da Rua S. Pedro, próximo ao Centro de Convivência de Campinas.

Para os poucos amigos que assistiram ao ato, não podia haver dúvida de que o fim estava próximo. Entretanto, o desaparecimento do mestre nos encontrou a todos totalmente despreparados, e cada um de nós reage como pode à sensação de perda. É compreensível que alguns companheiros de antiga data, solicitados num primeiro momento a prestar um depoimento significativo sobre o Carlos Franchi tenham-se recusado a fazê-lo, porque o risco de ficar aquém da tarefa é muito grande. De fato, é difícil descrever a enorme influência que Carlos Franchi exerceu como intelectual, pesquisador e formador de cientistas da linguagem, e talvez seja cedo ainda para fazê-lo. Mas, para outros colegas, o respeito devido à figura do Franchi percorre um outro caminho, que é precisamente o da evocação dos momentos de trabalho conjunto. Eu sou um desses. Vivi muitos desses momentos, e nas linhas que vão seguir vou contar alguns. Desde já peço desculpas por eventuais imprecisões ou omissões.

* Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

Conheci o prof. Carlos Franchi em 1962, quando respondeu interinamente pela disciplina de português na turma da escola secundária onde eu estudava – um segundo clássico do Instituto de Educação “Jundiaí”; seu nome era bastante conhecido na cidade por causa de sua atuação como advogado e vereador, mas alguém nos disse então que ele tinha sido o primeiro colocado no concurso de estado de ingresso ao magistério secundário e normal, e que trabalhava no Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da USP. De tudo que ensinou naqueles meses – literatura brasileira do período romântico, sintaxe do período, redação – minha lembrança mais viva são as aulas de redação, totalmente diferentes de qualquer outra a que eu já tinha assistido. De uma estante que abrigava a “biblioteca de classe” – não mais que 15 volumes velhos – o “Seu Carlos” retirava um livro, e deste escolhia um parágrafo, que seria nosso material de trabalho para uma ou duas horas. Com uma facilidade enorme, empenhava-se então em distorcer o parágrafo à medida que o ditava, chegando assim a um texto em que não restava nada das qualidades estilísticas do original. Então ele nos propunha o desafio de escrever melhor do que Jorge Amado, Machado de Assis ou Eça de Queiroz. A classe adorava esse exercício de estilo que, como num passe de mágica, nos transformava a todos em escritores de primeira grandeza; e assim aprendemos que a expressão, natural para uns, difícil para outros, pode sempre ser trabalhada. Anos mais tarde, ele contou que tinha chegado a esse tipo de exercício a partir de sua experiência no seminário menor, onde os padres claretianos trabalhavam a escrita dos alunos pelo manual de estilo de Albalat.

No final da década de 1960, nos reencontramos na Faculdade de Letras da Universidade “Nossa Senhora Medianeira”, ele como professor de literatura brasileira, eu como professor de letras francesas. Muitas águas tinham rolado, em nossa vida pessoal e na vida do país. Eu acabava de concluir o curso de Letras e aguardava uma definição para uma proposta de trabalho na USP; ele tinha

atravessado os primeiros anos da ditadura militar engajando-se na defesa dos sindicalistas das duas Companhias de Estradas de Ferro de Jundiáí, o que fez com que fosse perseguido, interrogado e vigiado. Tinha-se também engajado num projeto pessoal de aperfeiçoamento como professor, o que o levou a procurar, na USP, os cursos de pós-graduação em Teoria Literária do prof. Antonio Candido de Mello e Souza. Foi nesse contexto que, de maneira independente, o prof. Antonio Candido e o prof. Albert Audubert nos puseram em contato com o filósofo Fausto Castilho, que estava então empenhado em criar um grupo de “linguística matemática” que deveria atuar numa universidade que estava sendo criada em Campinas. Foi assim que, juntamente com o Carlos Vogt e Haquira Osakabe, que eu tinha tido como colegas na USP e no Equipe Vestibulares, partimos para Besançon em busca de um mestrado, e viemos a formar o primeiro grupo de linguistas da Unicamp.

O vínculo formal do Franchi com a Unicamp vai de 1970 a 1985. Nesse período, ele ocupou os dois cargos “políticos” possíveis numa unidade universitária: a chefia do Departamento de Linguística, a Direção do recém-criado Instituto de Estudos da Linguagem (inicialmente, como associado do primeiro diretor, o prof. Antonio Candido de Mello e Souza; e depois como titular eleito). Na “grande” política universitária, foi presidente da Fundação de Desenvolvimento da Unicamp e, no início da década de 1980, foi mentor de um grupo de diretores que pleiteavam a democratização da Universidade. Trata-se do mesmo grupo que o governador Maluf desarticulou por meio da intervenção de 1981, quando, num gesto inédito na história da universidade brasileira, demitiu 12 diretores de unidade do cargo para o qual tinham sido eleitos, substituindo-os por interventores. Em 1986, o Franchi disputaria ainda o cargo de reitor na eleição ganha pelo prof. Paulo Renato Costa Souza. Mas essa eleição deixou o IEL muito dividido, e foi provavelmente o sentimento dessa divisão que levou o Franchi a optar pela aposentadoria, por volta de 1985. O IEL era já, então, uma instituição uni-

versitária madura e estável, com uma inserção definida na pesquisa linguística e literária nacional e internacionalmente, e com uma estrutura acadêmica e administrativa que dava suporte a cursos de qualidade, em graduação e pós-graduação.

É difícil exagerar o valor do papel que o Carlos Franchi desempenhou na construção dessa estrutura. Ele coordenou uma espécie de programa de formação, acertado informalmente entre os interessados, graças ao qual cada um dos docentes do primeiro grupo pôde “sair para estudar”. Na época, isso significava dispor de um semestre de estudos no exterior para completar o doutorado. O Franchi, embora fosse o mais velho do grupo, e ocupasse uma posição institucional mais destacada, foi por vontade própria o último a obter o título; assim, quando sua tese foi mandada para a defesa, eu já havia obtido meu doutorado, o que me habilitava a participar dessa banca. Fui convidado e aceitei, premido pelo argumento de que seria preciso indicar um professor “da casa” disposto a encarar os formalismos do texto, mas essa situação me deixou particularmente desconcertado. Na verdade, eu achava descabido que a universidade me mandasse argüir alguém que havia sido meu professor e era meu chefe. Hoje, eu não me preocuparia por esse motivo, porque nos anos seguintes me deparei freqüentemente com situações em que vi grandes professores (um deles, o Michel Debrun) submeter-se a concursos nos quais eram julgados por antigos alunos. Mas é possível que meu desconcerto tivesse uma razão mais profunda. Embora a tese do Franchi anunciasse no título uma preocupação funcionalista (*Hipóteses funcionais para uma teoria funcional da linguagem*), o que poderia sugerir uma aproximação com o tema de minha própria pesquisa de doutorado (que teve por título *Perspectiva funcional da frase portuguesa*), os dois trabalhos são profundamente diferentes, e o do Franchi certamente não era (e não é) para linguistas *in herba*. Poucas semanas antes da morte do Franchi reli de ponta a ponta os dois volumes das *Hipóteses*; é um trabalho genial e denso (pelo menos tão denso quan-

to seu texto mais divulgado, “Linguagem, atividade constitutiva”). À maneira de muitos trabalhos inspiradores escritos sobre a linguagem no mesmo período (estou pensando em Montague mais do que em Chomsky), essa tese constrói antes de mais nada um novo enfoque para a compreensão do objeto linguagem, e nesse sentido define um novo programa de investigação.

Franchi perseguia naquele texto o sonho de dar conta da linguagem como atividade, não como produto, a partir da crença de que um mesmo tipo de trabalho leva os homens a reconhecer objetos no mundo e a construir objetos simbólicos. O objeto não é anterior à ação, constrói-se por ela. Para dar consistência a essa idéia ele precisaria criar uma outra concepção de “geratividade” que não a das teorias gerativas da época, e isso o levou a adotar como álgebra para a construção das unidades linguísticas a lógica aplicativa de Curry e Feys – na qual os objetos abstratos não são categorizados de antemão, mas somente em função das operações em que inter-vêm.

A idéia de que a linguagem deve ser vista como atividade, não como produto, é pelo menos tão velha como Humboldt – ou quanto os gregos, se pensarmos que se deixa expressar pelas palavras *ergon* e *energeia*, mas é ao mesmo tempo bastante vaga. Em sua tese de doutorado, Franchi dá a essa idéia uma representação definida, que se precisa às vezes por contraste com teorias e subteorias correntes na década de 1970. Todos aqueles que se interessam pelos fenômenos da linguagem, e particularmente aqueles que sonham com uma “linguística brasileira”, deveriam deter-se sobre esse texto com alguma atenção.

Na mesma época em que o Franchi trabalhava em sua tese, coube-lhe a tarefa institucional de construir um corpo docente para o Instituto de Estudos da Linguagem cuja criação se afigurava iminente. Foi em grande parte por seus esforços que o Departamento de Linguística da Unicamp conseguiu atrair a colaboração de vá-

rios professores renomados e experientes. Entre essas colaborações, foram particularmente importantes as de Aryon Rodrigues, Antônio Carlos Quicoli, Mário Perini, Ataliba Castilho, Cláudia Lemos, Marcelo Dascal, Roberto Schwarz, Modesto Carone, João Lafetá, Ângela Kleiman, para citar apenas algumas. Com elas vieram os primeiros projetos coletivos, e uma experiência acadêmica mais densa, que acabou permitindo que o Instituto de Estudos da Linguagem, institucionalizado como unidade universitária autônoma em 1977, nascesse adulto.

De todos os dirigentes que o IEL já teve, o Carlos Franchi foi certamente o que melhor conseguiu desempenhar suas tarefas administrativas sem perder o contato com o corpo docente, e sem abdicar da reflexão teórica e da provocação intelectual. Na sala da diretoria havia então uma lousa verde, na qual encontrávamos a cada dia uma nova árvore, um novo grafo, uma nova fórmula. Olhar para essa lousa, principalmente para os lingüistas, rendia explicações que valiam por aulas, e às vezes resultavam em debates acirrados. Acima de tudo, aqueles rabiscos atestavam uma reflexão sobre sintaxe que o Franchi nunca interrompeu, mesmo nos momentos de mais aguda tensão e de mais grave crise institucional.

À diferença de outros diretores que vieram depois, nunca fez uso do direito regimental de ser dispensado das aulas. Explica-se assim que ele se tenha tornado o orientador, na Unicamp, de alguns de nossos alunos mais brilhantes. Com o risco de cometer esquecimentos, cito aqui os nomes de José Borges Neto (mestrado), Lígia Negri (mestrado), Sírio Possenti (doutorado), João Wanderley Geraldi, Maria Irma Hadler (doutorado), e, mais recentemente, Regina Withaker (mestrado) e Márcia Cançado (doutorado). A esses nomes, devem acrescentar-se pelo menos duas orientações pelas quais ele respondeu de fato: José Borges Neto (doutorado) e Sérgio de Moura Menuzzi (mestrado).

Entre os trabalhos que li com maior proveito na década de 1980, está um relatório que o Franchi escreveu a respeito de um

estágio de alguns meses realizado em 1980 no Departamento de Lingüística da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Quem esteve por lá nessa época lembra-se dele como um participante assíduo mas taciturno dos principais seminários, e como um tremendo rato de biblioteca. A julgar pelo relatório, a principal preocupação que ele teve nesse período foi a de ler: ler para compensar o tempo perdido em tarefas administrativas, ler para tirar o maior proveito possível do riquíssimo acervo da U.C. Berkeley, ler para compreender a fundo as preocupações que predominavam naquele ambiente universitário, em que linguistas, antropólogos e filósofos como Fillmore, Lakoff, Gumpertz e Paul Kay procuravam alternativas para a sintaxe gerativista, e para todas as semânticas composicionais. Foi esse ambiente, onde circulavam então alguns doutorandos que depois se tornariam linguistas famosos, que tomaram forma o “funcionalismo” e a teoria da gramaticalização. Não admira então que eu possa qualificar o relatório do Franchi sobre “o grupo de Berkeley” como uma brilhante explicação da gênese daquelas duas linhas de reflexão sobre a linguagem.

Em 1981, eu é que estava em Berkeley, e foi lá que me alcançou a notícia de que o Franchi havia perdido o cargo de diretor. Escrevi para ele sem entender nada do que havia acontecido (não havia ainda Internet), mas minha principal preocupação daquele momento, por uma reação que até agora não consigo explicar, foi dar um jeito para que escrevêssemos alguma coisa juntos. Eu tinha então começado a tomar notas sobre os clíticos do meu dialeto materno, explorando a idéia de que sua distribuição contribuía para expressar a articulação tema/rema; foi assim que acabei mandando para ele um texto sobre perspectiva funcional da sentença, pedindo que ele reformulasse as passagens dedicadas à sintaxe. Daí em diante, por alguns anos, voltaríamos periodicamente a reexaminar fatos do piemontês ligados ao uso dos pronomes. Vi nessas ocasiões como o Franchi tinha necessidade de ser exaustivo, em vários sentidos. Invariavelmente, o que tínhamos planejado que

seria um texto de dez páginas acabava se espichando para quarenta, cinquenta (escritas num computador que com tela magenta deixaria cego até um condor andino). A simples suspeita de que um dado pudesse estar sendo desconsiderado lançava o Franchi em intermináveis revisões de todas as hipóteses; o receio de desconsiderar qualquer hipótese, ou de definir inadequadamente qualquer termo o levava a vasculhar sua enorme e para mim incontrollável coleção de fotocópias... Baste dizer que o primeiro desses textos levou oito anos para ser escrito – acabou sendo apresentado como comunicação no IX Congresso de Linguística e Filologia Românica, realizado em Santiago de Compostela em 1989. Nesses trabalhos, eu assumi principalmente o papel de informante, e tive a confirmação mais forte da capacidade preditiva que uma boa teoria sintática (na época, usávamos a de princípios e parâmetros) ganha nas mãos de um bom linguista. É que, entre uma sessão e outra, o Franchi ia inventando exemplos e contra-exemplos para esse dialeto com o qual ele nunca tinha tido contato direto, e a sintaxe (não a pronúncia, porque o Franchi modificava as palavras assim como sempre modificou os nomes próprios) era invariavelmente perfeita.

Depois de 1985, o Franchi encontrou na Unicamp um ambiente adverso. Então, peregrinou, ensinando sintaxe, pelas principais universidades do país: Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, e finalmente a Universidade de São Paulo, que o teve como professor com o apoio da Fapesp; quanto a mim, enveredei por uma experiência política que me roubou muito tempo, e prejudicou, entre muitas outras coisas, a possibilidade de acompanhar mais de perto as coisas em que ele vinha trabalhando. Foi um período de trocas de idéias mais pontuais, geralmente sobre trabalhos que ele considerava marginais, mas que ainda assim precisariam ser conhecidos. Por exemplo, foi nesse período que o Franchi trabalhou num texto sobre linguagem da justiça, finalmente apresentado num congresso na França, que quase ninguém conhece.

Ultimamente, nos vimos com alguma freqüência, por conta de um ou outro compromisso no Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo, que foi, efetivamente, sua última casa. A viagem a São Paulo num mesmo carro nos deu a oportunidade das últimas conversas sem plano, nas quais falávamos da velha Unicamp do prof. Zeferino Vaz, da política universitária, da administração do prof. Hermano Tavares, na qual tínhamos depositado tantas esperanças e com a qual o Franchi estava colaborando na qualidade de assessor jurídico. Defensor intransigente da idéia de que a universidade deve ser pública e gratuita, ele dava às vezes a entender que a forma mais insidiosa de privatização é aquela que se faz por dentro, quando os próprios universitários usam a instituição em proveito próprio, sem oferecer qualquer contrapartida socialmente relevante. Sonhava, talvez ingenuamente, que esse perigo pudesse ser esconjurado por um grande pacto de pessoas política e academicamente comprometidas, que na Unicamp se concretizaria num novo projeto de estatuto... Entre os assuntos de nossas conversas apareciam, naturalmente, os seus temas de pesquisa mais recentes: a predicação, os papéis temáticos, a adjunção, a sintaxe e a semântica do gerúndio – todos temas que vinha debatendo no Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo.

Em 1992, por iniciativa do João Wanderley Geraldi, a revista *Cadernos de Estudos Lingüísticos* dedicou ao Franchi um número especial, por ocasião de seu sexagésimo aniversário. A publicação foi lançada durante uma singela sessão de homenagem, prestada no auditório do IEL, e essa foi mais uma ocasião em que os amigos cobraram do Franchi o fato de que ele escrevia menos do que seria esperado, dada a influência que suas idéias tiveram para a lingüística brasileira. Eu mesmo tive então a preocupação de dizer-lhe que algumas de suas teses, como a teoria da indeterminação da linguagem, vinham sendo usadas de maneira estapafúrdia por muita gente que nada tinha a ver com suas preocupações, e que ele tinha uma forte responsabilidade nisso, por não nos ter dado até aquele

momento um texto especificamente dedicado ao assunto. Por quê isso?

Certamente, para o Franchi contava muito mais formar gente e promover novos talentos, do que escrever por escrever ou por acumular títulos num currículo. Assim, quando efetivamente começou a fazer circular suas idéias por escrito, no final dos anos 90, ele o fez sobretudo em trabalhos escritos a quatro mãos com antigos alunos (entre os quais Márcia Cançado, Ana Lúcia Müller, Esmeralda Negrão, Evani Viotti, Maria José Foltran...), adotando em geral (isto é, com exceção dos artigos publicados pela *D.E.L.T.A.* e pela *Linguistic Inquiry*), a forma de *working papers*.

Uma nota escrita à margem do último projeto que submeteu ao CNPq dá uma idéia da maneira como ele relacionava publicações e atividade docente:

Por preferir trabalhar com alunos e orientandos em quadros teóricos mais estabelecidos socialmente, não tomei minhas idéias como parte de trabalho universitário. Entretanto, elas transparecem e vão chegando aos colegas em nosso convívio acadêmico. Devo a esses colegas a insistência para que eu as formulasse por escrito. [...] Aos sessenta e sete anos é bom que me apresse.

Essa nota é de uma enorme lucidez. Nela, o mestre que está se despedindo alude ao fim próximo e avalia seu legado. O Franchi nos deixou um número considerável de escritos que, a esta altura, já foram encaminhados ao Centro de Documentação Cultural “Alexandre Eulálio”, do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, onde poderão ser consultados por qualquer interessado, muito em breve. São os textos que, ao que tudo indica, ele decidiu preservar – várias centenas de páginas escritas numa língua impecável sobre assuntos que vão desde a sintaxe até a sociologia da ciência, desde a pedagogia da língua até o papel da formalização. Desejavelmente, haverá quem queira debruçar-se sobre essas páginas para com-

partilhar uma das mais ricas experiências do fenômeno da linguagem que nossa universidade já produziu.

A outra parte do legado do Carlos Franchi são os alunos que ele formou, nas várias escolas por que passou, com suas aulas densas e vastamente informadas, com seu trabalho sempre entusiasmado de orientação e, sobretudo, com seu luminoso exemplo de retidão pessoal e honestidade intelectual.